

## Conferência de Imprensa

**Orador:** Fernando António Mazanga

**Função :** Vice-Presidente da Comissão Nacional de Eleições

**Tema: CENÁRIO SOMBRIO PARA ELEIÇÕES LIVRES, JUSTAS E TRANSPARENTES A 09 DE 10/2024**

**DATA:** 20 DE MARÇO DE 2024

**LOCAL-** SEDE NACIONAL DO PARTIDO RENAMO, AV. AHMED SEKOU TOURÉ- MAPUTO

**HORA:** 10 HORAS

Convocamos esta conferência de imprensa, senhores jornalistas, para exteriorizarmos a nossa desilusão e indignação no que diz respeito ao estágio de preparação das eleições gerais de 09 de Outubro de 2024.

O cenário é sombrio, tendo em conta que os processos devem ser meticulosamente preparados por forma a que os resultados possam ser credíveis e aceitáveis.

Mergulhamos no recenseamento eleitoral a 15 de Março do corrente ano, sem termos tido condições para uma reflexão e avaliação do processo transacto. Voltamos a mergulhar na mesma ignominia, repleta de incertezas sobre a lisura do recenseamento das eleições Autárquicas de 2024.

É doloroso trabalhar condicionado numa matéria inerente a soberania do Estado Moçambicano. Isto equivale a tomar banho e voltar a usar a mesma roupa suja...

Mas isto acontece porque, na nossa opinião, não há vontade de quem de direito, de proporcionar condições óptimas para um processo eleitoral genuíno. Estamos na mesma mediocridade onde o Governo não disponibiliza meios logísticos em tempo útil. O pior de tudo é que com o advento das eleições gerais de 09 de Outubro de 2024, entraram novos

colegas para as CDEs, nos Distritos sem Autarquias, que deviam ter passado por uma indução para a sua integração nos meandros do processo Eleitoral. Na verdade essa indução devia ter começado na CNE, passar para as CPEs e desaguar nas CDEs e CECs, porque ficou claro, em 2023 que o recenseamento eleitoral foi insípido, carregado de falta de lisura e transparência. O recenseamento das Autárquicas de 2023, foi horrível, por isso nós votamos contra, porque não reflectia o nível de um processo que garantisse eleições livres, justas e transparentes. Foi o que se viu na votação do dia 10 de Outubro de 2023. Um mau recenseamento reflecte-se em maus resultados...foi uma vergonha nacional que nos não queremos que volte a acontecer. O que dói mais e que criticamos, votamos contra mas a caravana passa... O que devemos fazer mais? Quem nos acuda? Nós testemunhamos que os resultados das eleições Autárquicas não foram justos nem transparentes. Gritamos, protestamos e fizemos a DECLARAÇÃO DE VOTO Vencido que foi ate ao Conselho Constitucional. O Conselho Constitucional deu-nos razão ao devolver quatro Municípios a RENAMO, que os nossos colegas indicados pela Frelimo, haviam roubado.

Não entendemos porque é que o Conselho Constitucional mandou repetir em algumas Mesas das Autarquias de Marromeu, Milange, Gurué e Nacala Porto, depois de ter ficado claro que houve irregularidades que "de per si" mereceriam anulação de eleições nesses Distritos todos.

Não entendemos porque é que o Conselho Constitucional não devolveu aos órgãos encarregues de fazer eleições, neste caso a CNE/STAE para a recontagem dos votos nas Autarquias de Maputo-cidade e Maputo-Província, com supervisão reforçada depois de termos provado que houve negação da entrega da vitória aos verdadeiros ganhadores, por parte dos membros da Frelimo na CNE. Não nos tapem com o sofisma de "órgão imparcial" quando em plena luz do dia os outros agem como célula do partido nos órgãos eleitorais, da base ao topo incluindo a chamada

sociedade civil e religiosos, afectos a todos os níveis, com base na confiança partidária.

É notória a conexão do STAE com forças estranhas à CNE, o que se consubstancia em desobediência das orientações deste órgão. Só a título de exemplo, o Director Geral do STAE não cumpriu a orientação emanada pela plenária da CNE para suspender os Directores do STAE na Beira, em Marromeu, em Quelimane, em Gurué, por ter sido constatado que agiam à margem da Lei e fora das orientações da CNE. Quem deu força ao Director para desobedecer o órgão que o elegeu? Quem protege e suporta as atitudes independentistas do Director Geral do STAE? As províncias e Distritos estão abraços com falta de subsídios desde Novembro de 2023, mas o Director do STAE dá-se ao luxo de trocar as viaturas aprovadas pela CNE, no orçamento destinado a rúbrica dos transportes, dando novas viaturas aos Presidentes das CPEs e Directores Nacionais, antes mesmo de estas completarem 2 anos. De onde veio esse dinheiro para esses devaneios? Estamos preocupados porque o Director Geral do STAE age como um êmbolo solto, ancorado numa tríade do mal na CNE...

O STAE foi capaz de disponibilizar valores para a formação de formadores Centrais, Nacionais e Provinciais e colocou de lado a indução dos membros dos órgãos de apoio à CNE, que tem a responsabilidade de fazerem a supervisão do Recenseamento eleitoral e dos actos eleitorais, como manda a Lei. Há conivência na CNE dos ímpios, ao arrepio dos pios que estão amordaçados, melhor, apavorados sem poderem se manifestar com medo de represálias. Nós criticamos todos estes casos em sede do

plenário, mas ficou como água em cima do pato. Dizem a boca cheia que enquanto os "cães ladram a caravana passa"...se o cenário é esse o que é que esta conferência de imprensa vai mudar? A filosofia Estóica, mais concretamente o seu ícone Marco Aurélio, nos ensina a nunca desistir. Devemos ser perseverantes e proactivos e nunca procrastinar. Não devemos prostergar até que os financiadores deste processo acompanhem o seu financiamento através de auditorias a todos os níveis, para desactivar os esquemas que parecem ter tentáculos perniciosos para o órgão. Os nossos ouvidos estão prenhes de sempre ouvirem termos como: libertação, tesouro, património, Ministro, Vice-Ministro para sempre se justificar a falta de dinheiro para a organização do processo eleitoral com isenção e sem saltar etapas. Estamos cansados de termos nossas plenárias incompletos porque os colegas “ moram” no Ministério das Finanças para mendigarem a libertação dos dinheiros para o funcionamento do órgão. Até este momento jazem facturas do pleito passado que ainda não foram liquidadas. O STAE tem dívidas com fornecedores, com membros das CDEs, uns desde Novembro e outros desde Janeiro. A Justificação é sempre a mesma: o “sistema não libertou!”. “ O sistema ainda não gerou

folha” Que sistema é esse que não disponibiliza a verba concebida para as várias etapas das eleições que cada uma depende da outra de forma ancorada. O processo eleitoral não se faz aos saltos de cangurú. É tudo sequenciado que nem argolas de uma corrente e tudo cronometrado. A falta de execução de uma etapa prejudica todo o processo. Será que os funcionários das Finanças conhecem a impotência da realização das eleições num país democrático? Mas para cometerem erros de interpretação da TSU e depois andarem a cobrar a bonificação de subsídios indevidos são exímeos... quem é que é responsabilizado por esses erros que prejudicam a organização do plano financeiro dos funcionários? Há funcionários que contraíram dívidas com terceiros, tendo em conta um determinado valor para derepente ser dito que o seu salário não é esse! Alguma vez um funcionário fez a sua folha? para gáudio da incredulidade, para os órgãos eleitorais, isso acontece justamente no ano eleitoral. Isto cheira a asturo... é uma estratégia para fragilizar os actores do processo e os tornar vulneráveis para serem corrompidos.

Mas afinal quem faz inspecção no Ministério das Finanças? Os funcionários do Ministério das Finanças tem competência para ditar o órgão e direccioná-lo a fazer aquisições em empresas da sua escolha? O que se assiste na CNE / STAE é bizarro; um autêntico festival de desmandos com tentáculos, que se suspeita que estejam ligados a uma determinada força política que tira dividendos. Como é possível que um orçamento aprovado na Assembleia da Republica, fruto do compromisso dos moçambicanos para com a democracia, tenha de ser "filtrado" pelo Ministro do Governo do partido que está no poder? Cadê a autonomia financeira e patrimonial do órgão independente dos outros poderes públicos e privados! Com este estágio de coisas não se pode ter eleições que garantam a alternância governativa, porque o Governo não vai permitir as eleições decoram num bom ambiente que pode por em perigo a manutenção do "status quo". A sociedade só repara na incúria que graça na CNE, sem prestar atenção ao ditado que diz que não se faz omelete sem ovos... não e possível fazer eleições sem dinheiro. Há bem pouco tempo fomos bafejados com a noticia de que estavam disponíveis 6 mil milhões, quinhentos oitenta e nove milhões e quinhentos e cinquenta

e nove meticais de para o processo eleitoral para o ano 2024 de um total de pouco mais de 8 mil milhões orçamentados para o processo eleitoral de 2024, através do ofício numero 9/GM/MEF/DNTC/2024, de 3 de Janeiro. O Porta-voz da CNE, em nome da transparência, anunciou publicamente essa verba, mas ate hoje e uma miragem e vai gotejando ao sabor da vontade do senhor Ministro das Finanças! A pergunta e , onde esta a nossa autonomia financeira? A CNE funciona como balão de ensaio dos funcionários das finanças. Quando querem exercitar o impacto das suas acções de cortes dos dinheiros e para la onde se dirigem, porque sabem que la o boi adormeceu.

Queremos realizar eleições sem sobressaltos.

Queremos trabalhar com pessoas motivadas e pagas de acordo com os contractos deles. Videm só o caso dos Brigadistas do Recenseamento Eleitoral e da Policia de Protecção Eleitoral PPE -sugiro que seja criada-foram para os Postos de Recenseamento sem os 50% dos seus subsídios acordados e plasmados no contracto, valor esse que, ainda por cima, e para custear despesas de alimentação, muitas vezes longe das suas famílias...

Estamos atentos a essas manobras que visam tirar animo dos agentes eleitorais, para os fragilizar e acto continuo serem seduzidos para a pratica de ilícitos eleitorais.

Instamos a PGR a não ignorar estas nossas suspeitas, no sentido de ver quem e que trava o financiamento dos órgãos eleitorais, sonhando o cumprimento do aprovado pela Assembleia da República, sobretudo para estas eleições gerais de 2024 depois do ensaio feito com as eleições Autárquicas em 2023. Não volte a acontecer o que aconteceu em 2023. Basta. Chega. Deixem que a decisão seja dos eleitores. Não somos cegos surdos e mudos.

Estamos a ver, ouvir. Por isso falamos. Queremos apelar aos concorrentes para libertarem os órgãos eleitorais e os tornarem de facto profissionais, respeitando a vontade do povo expressa nas urnas. Os moçambicanos merecem eleições livres, justas e transparentes. Não devemos primar por mediocridade prejudicando, desta forma, a soberania do povo.

Completamos hoje 5 dias depois do arranque do Recenseamento Eleitoral em todo o País com algumas excepções originadas por questões logísticas, por intempéries e pela falta de segurança em alguns Distritos de Cabo Delgado. Estamos a ficar preocupados com alguns relatos que nos chegam dos Distritos dando conta que continua o mesmo síndrome de envio de listas de prioridades no recenseamento, por parte de forças políticas prejudicando os chamados desconhecidos. Queremos apelar a todas as forças vivas a se dedicarem na denuncia destes actos contrários a lei. A lei especifica os que devem ser prioritários. São apenas esses, devidamente fundamentados que podem ser atendidos em primeiro. As listas vindas dos partidos políticos devem ser ignoradas, devendo se respeitar a ordem de chegada, não há recenseamento colectivo. Os Supervisores das Brigadas praticarem esses actos, saibam que serão julgados e condenados, como já está a acontecer com alguns prevaricadores das eleições Autárquicas de 2023.

A terminar queremos apelar a comunidade internacional a ser mais interventiva nos assuntos eleitorais, dando apoio e monitoria do que é feito com os seus apoios. Encorajamo-los a não procrastinar porque a alternativa a democracia multipartidária, é a democracia multipartidária.